

O Historiador dos Espaços: notas sobre novas perspectivas epistemológicas da práxis historiográfica

Rodrigo de Morais Guerra¹

Resumo: o presente artigo tem como objetivo trazer à tona uma discussão de cunho teórico sobre a relação entre a História, enquanto disciplina, e os *espaços*, enquanto categoria pertinente à construção do conhecimento histórico. Isto posto, fundamentamos a relação entre *história* e *espaços* a partir das formulações dos mais diversos autores, sob os mais diversos enfoques, que atribuem aos espaços uma condição de importância nas relações com os sujeitos e nos estudos das sociedades, de modo que, para além de mero local físico de ocorrência dos eventos históricos, os espaços também são produtos e produzem a História. Por fim, levantando este debate, almejamos ampliar o campo de atuação da práxis do historiador; sintetizar uma discussão bibliográfica/historiográfica base acerca das diferentes formas pelas quais as relações entre *história* e *espaços* podem ser trabalhadas; e, por fim, suscitar novas reflexões que contribuam para o desenvolvimento da ciência histórica.

Palavras-chave: Teoria da História, Espacialidades, História e Espaços, Pós-modernidade, Metodologia da História.

Abstract: This article aims to bring up a theoretical discussion about the relationship between History, as a discipline, and spaces, as a relevant category for the construction of historical knowledge. Thus, we base the relationship between history and spaces from the formulations of the most diverse authors, under the most diverse approaches, which give the spaces a condition of importance in relations with the subjects and in the studies of societies, so that, beyond From the mere physical location of historical events, spaces are also products and produce history. Finally, raising this debate, we aim to broaden the field of practice of the historian's praxis; synthesize a basic bibliographical / historiographical discussion about the different ways in which the relations between history and spaces can be worked out; and, finally, to raise new reflections that contribute to the development of historical science.

Keywords: History Theory, Spatialities, History and Spaces, Postmodernity, History Methodology.

The Historian of Spaces: notes on new epistemological perspectives of historiographical praxis

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), bolsista CAPES. E-mail: rodrigo.morais.guerra@gmail.com.

1. O HISTORIADOR DOS ESPAÇOS

Tudo está contido no tempo e espaço. Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que o trabalho do historiador caracteriza-se na perscrutação dessas duas categorias que abarcam os problemas de sua práxis. A História, que em determinado período trazia consigo a pretensão e prepotência de reviver o passado tal qual ele foi, hoje já não se concebe de mesma forma; hoje, partindo de outras formulações teóricas, a História assume um caráter no qual o conhecimento histórico é *perspectivista*, pois ele também é histórico (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007), de modo que, a rememoração do passado não é sinônimo de sua revivificação. Ao tentar retomar o passado, o historiador não deve ter como pretensão e objetivo último a *verdade* – o que é a verdade, afinal? –, mas, sim, a reconstrução desse passado, através de métodos, hipóteses, fontes, temporalidade e, finalmente, o espaço.

Assim, a História, como disciplina, passa a ser estudada não mais pelos mesmos paradigmas, teorias e métodos científicos que marcaram, principalmente, a pretendida “cientificidade objetiva” do século XIX, mas por uma perspectiva outra, na qual o sujeito passa a ser pensado como uma produção histórica (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007) e, como produção histórica, os sujeitos históricos trajam indumentárias que os identificam com os espaços aos quais eles estão vinculados numa relação de quem é produto e também produz. O espaço, portanto, está presente na história bem como o tempo: se retornamos ao passado e buscamos a compreensão deste passado pela conjuntura temporal em que ele está inserido, para não cometermos a maior das gafes que um historiador, ou qualquer analista social, pode vir a cometer que é a do anacronismo; também retornamos ao passado e buscamos a compreensão deste passado pela conjuntura espacial em que ele está inserido, para não cometermos a (segunda) maior das gafes que um historiador, ou qualquer analista social, pode vir a cometer, que é a do desprezo ao espaço, que é a da indiferença ao espaço, que é a da ingenuidade de não perceber que o espaço não é mero receptáculo dos acontecimentos históricos e pensá-lo como uma categoria amorfa e separável do seu objeto de estudo.

Dito isso, podemos chegar à conclusão de que o espaço não é inerte, pelo contrário, o espaço é protagonista, o espaço requer atenção e inquérito, o espaço é história. Mas o que torna o espaço história? Podemos nos questionar. Para responder este questionamento, devemos, pois, refletir acerca do que consiste a epistemologia da História enquanto disciplina: se a História consiste na ação do homem inserida no espaço e tempo, logo, o que torna o espaço história é a sua relação com o homem em suas mais complexas variações: relações físicas, imagéticas, simbólicas, discursivas, memoráveis, afetivas, subscientes etc. Tais

condições nos proporcionam um vasto campo de problematização do espaço na História e da História dos espaços. O espaço produz e é produto. O espaço, há quem diga (e há quem concorde), é vivo e, portanto, constitui uma das esferas de maior relevância para a compreensão do processo histórico. Dessa forma, já que é a relação do homem com o espaço, e vice-versa, que torna o espaço história, podemos ampliar o leque de espaços a serem problematizados indo além dos já consagrados substratos espaciais – como o tradicional território nacional incorporado pelo heterônimo Estado-nação –, e englobando categorias que estão inseridas em toda essa ampla gama de possibilidades que relaciona o homem ao espaço, corroborando, uma vez mais, que o espaço, independentemente do problema posto, não está ausente, de modo que, a ausência do espaço não reflete a sua inexistência, mas a insensibilidade à sua percepção por parte do pesquisador. Perceber as relações sociais e espaciais, pois, são basilares para a compreensão da História.

Em suma, o historiador dos espaços traz à disciplina contribuições imprescindíveis para uma melhor compreensão do passado das sociedades humanas no mundo. Se não somos capazes de traduzir o passado assim como ele ocorreu, como defendemos no início, abarcar a dimensão espacial se faz premente para suscitar novas questões, novas perspectivas, novas formas de compreender tal passado. Questionar os espaços, se dedicar a eles, não subestimá-los é uma forma de ampliar nossos horizontes para uma percepção mais abrangente da realidade e da capacidade humana de construir a realidade, é, enfim, descobrir e redescobrir a História. O sentido em se estudar os espaços, portanto, não se encerra no espaço em si, o sentido em se estudar os espaços se estende para o grande cerne da questão histórica: a compreensão do homem e sua construção de mundo que nos trouxe até aqui.

Isto posto, o presente artigo tem como objetivo suscitar provocações. Valendo-nos de autores oriundos de diferentes campos de estudo e, até mesmo, diferentes áreas das ciências humanas - como a Filosofia e a Geografia, por exemplo -, propomos, pois, um olhar que, mais do que responder questões, críticas ou trazer novas conclusões, sugere uma nova possibilidade de abordagem para os caminhos da pesquisa histórica, convida a ciência a se redescobrir em sua práxis e fornece a possibilidade de novas abordagens a antigos objetos de estudo. De mesmo modo, os seguintes autores que trazem à tona este debate, constituem uma trilha, uma lanterna iluminando um caminho a ser explorado, para que possamos desenvolver este debate incipiente no labor historiográfico. Finalmente, elegemos para esta reflexão teórica os seguintes autores por acreditarmos que compõem um grupo capaz de abarcar diferentes concepções teóricas da pesquisa histórica - do materialismo ao pós-estruturalismo - e, por

consequente, fornecem subsídios e exemplos a serem explorados por outras pesquisas e outros ângulos da produção historiográfica.

2. TEORIA DOS ESPAÇOS

Reinhart Koselleck

Para se trabalhar uma reflexão teórica acerca da relação epistemológica entre História e Espaços é premente citar Reinhart Koselleck. Autor de *Estratos do tempo*, o historiador alemão repensa a história e suas relações com os espaços sob um novo olhar impulsionado pela modernidade, demonstrando que a História, a partir de como é escrita e interpretada, suscita novas relações com os espaços, também como uma outra categoria que nos leva a perceber diferentes interpretações, desvinculando-se do ideal pretensioso de generalizar as categorias como naturais, sem dedicar às mesmas as exigências e esforços necessários. Como o autor afirma: “Desde o século XVIII estabelecem-se relações entre espaço e tempo; não, porém, entre espaço e história” (KOSELLECK, 2014, p. 74).

Desta maneira, Koselleck busca desatar as amarras da História que, como ciência, seguia uma tradição na qual, desde Kant, os historiadores abordam e o *espaço* como condição *a priori*, tratando-o como *espaço histórico*, porém, dentro da própria cronologia histórica. Propondo uma renovação desses princípios, Koselleck propõe que

espaço e tempo representam, como categorias, as condições de possibilidade da história. Mas também o “espaço” tem uma história. O espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente para qualquer história possível e, ao mesmo tempo, é historicizado, pois se modifica social, econômica e politicamente (KOSELLECK, 2014, p. 77).

Ao afirmar que “o espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente”, Koselleck sintetiza que o *espaço é história*. Abandonar as tradições que não historicizavam os espaços e, conseqüentemente, deixavam lacunas para a compreensão da história, é a contribuição basilar de Koselleck para com a disciplina e os profissionais que trabalham (e estudam) a disciplina. Koselleck levanta as discussões acerca dos espaços não mais no campo da filosofia, da economia ou da geografia tradicional, mas da História.

Diante do quadro exposto, no qual a relação da História com os espaços se modificam no sentido de abrir novas possibilidades, Koselleck reconhece, então, uma dicotomia, uma bipolaridade

Em um extremo da escala está a precondição de toda história humana, que remete a seus condicionamentos naturais ou, nas palavras de Ratzel, às situações geográficas em sentido estrito. No outro extremo surgem os espaços que o próprio ser humano cria, ou é forçado a criar, para poder viver. (KOSELLECK, 2014, p. 78).

Dessa forma, reconhecendo as condições naturais da história humana, com sua própria história, embasada, cientificamente, como evolução; e a história relacional ao homem e suas atitudes que, apropria-se da “história natural” e numa meta-história da seus significados, incluindo, aos espaços. De modo que “a escala da relação entre espaço e história se altera conforme as condições espaciais sejam consideradas meta-históricas ou históricas” (KOSELLECK, 2014, p. 79).

Opondo-se, portanto, à história e aos espaços “naturais”, teremos os espaços humanos e históricos, ou seja, espaços criados pelo homem, apropriados por ele, que irão emergir de uma forma cada vez mais clara na modernidade. Isto posto, o cerne da discussão está, diretamente, vinculado às condições espaciais meta-históricas e aos espaços históricos da organização humana. Koselleck nos mostra que “há condições espaciais naturais que, por sua disponibilidade técnica, econômica ou política, devem ser levadas em conta como condições de possibilidade da ação” e que “as condições geográficas meta-históricas dos espaços de ação humanos se modificam, dependendo de como estão sujeitos ao domínio econômico, político ou militar”, portanto, “a repentina transformação de situações meta-históricas (para usar uma expressão de Ratzel) em espaços históricos faz parte da investigação de uma teoria da história. Sua utilização, implícita ou explícita, se manifesta em toda a historiografia” (KOSELLECK, 2014, pp. 80-81).

Finalmente, ao se aprofundar na essência da História como ciência, o tempo e o espaço são categorias que se relacionam de maneira recíproca. Koselleck nos mostra em seus *Estratos do Tempo* (2014) que “cada espaço de ação humano, público ou particular, seja no âmbito da observação e da interação interpessoal ou no âmbito das interdependências globais, sempre tem também, é claro, uma dimensão temporal para que possa ser vivenciado” e propõe ainda uma relação cambiante entre espaço e tempo como contexto que fundamenta qualquer interpretação ou autointerpretação humana” (p. 83). Impulsionadas pela modernidade, as condições meta-históricas ultrapassaram seus antigos limites para compor a História, de modo a propor um novo paradigma desnaturalizando o espaço geográfico a priori, ou seja, dado, natural. Somando-se à modernidade, temos ainda o advento da globalização e suas alterações promovidas nos espaços geopolíticos, tornando-os muito mais permeáveis e possibilitando a

historicização de espaços que, até então, não poderiam ser violados – como o espaço marítimo, por exemplo. Para arrematar esse debate, Koselleck conclui:

Com isso, esbocei três curvas temporais exponenciais, às quais correspondem espaços de vida e de ação completamente diferentes. O primeiro corresponde a grandes superfícies onde as condições naturais predominavam. Na segunda fase, as condições meta-históricas se tornaram cada vez mais disponíveis e exploráveis; os determinantes naturais da liberdade humana e os espaços de ação políticos foram ultrapassados e reconfigurados historicamente. [...] Por fim, esboçamos uma terceira fase: a aceleração do nosso próprio espaço temporal, que transformou o mundo numa única unidade de experiência. (KOSELLECK, 2014, p. 89).

Henri Lefebvre

Lefebvre segue uma linha teórica na qual o espaço é interpretado como produto das relações humanas, das atividades humanas, e não como algo dado, portanto, rompendo com a visão do *espaço naturalizado*. Em Lefebvre, os espaços são formas que materializam as ações humanas, com isso, a materialização das ações humanas constituem também a materialização do tempo através do espaço, destarte, o elemento fundamental que produz tempo e espaço, transformando o mundo em mundo humano será o trabalho. Partindo da geografia crítica, a qual se interessa nos espaços criados pelo homem, ou seja, os espaços criados a partir da ação humana sobre a natureza, Lefebvre irá sustentar sua teoria da produção do espaço no que se refere como *espaço social*, isto é, o espaço como um produto do próprio meio social. Assim, o espaço em si não existe, mas é algo produzido. O espaço (social) é um produto (social), portanto, o *espaço social* é uma oposição ao *espaço natural*. Logo, será central para a teoria materialista de Lefebvre os seres humanos em sua corporeidade, sua sensibilidade, imaginação, pensamentos e ideologias. Em sua produção do espaço, Lefebvre ainda irá trabalhar também um conceito relacional de espaço e tempo, no qual o espaço representa simultaneidade, o espaço sincroniza várias camadas temporais, o espaço é a cristalização momentânea de uma série de temporalidades; já o tempo, por outro lado, é diacrônico.

Para compreender a teoria do espaço de Lefebvre, devemos perceber a centralidade da corporeidade humana na produção do espaço, podendo ser dividida em três dimensões dialeticamente interconectadas: os espaços "percebidos", "vividos" e "concebidos". Essas três dimensões, portanto, se inserem numa dialética triádica, buscando apreender a prática social enquanto totalidade e o papel central do corpo humano. Quanto a esse pensamento dialético, também há o reconhecimento de que a realidade social é repleta de contradições e a produção do espaço se dá diante dos conflitos sociais e o espaço como resultante desses conflitos

(contradições) latentes. As três dimensões da produção do espaço precisam ser entendidas como fundamentalmente de igual valor. O espaço é, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido. O espaço, portanto, é inacabado, assim, ele é continuamente produzido.

A abordagem fenomenológica de Lefebvre conduz para uma concepção de espaço de um espaço social que inclui não somente a materialidade concreta, mas um conceito pensado e sentido, daí também a linguística como aspecto fundamental na produção do espaço: a linguagem é um meio de produção, é uma forma da gente produzir a sociedade, a comunicação produz a nossa realidade permanentemente, logo, a linguagem cria realidade. Por isso, Lefebvre também traz essa dimensão como produtora do espaço, pois, o espaço social é inseparável do conceito e o conceito incide no espaço produzido. Em Lefebvre, as ações humanas, portanto, estão presentes não apenas na materialidade, mas no pensar, no imaginar, no dizer, de modo que, o espaço materializa os gestos humanos, ao passo que também da forma ao tempo.

David Harvey

Em *A Produção Capitalista do Espaço*, Harvey buscará complementar a teoria da história do capitalismo, levantada por Marx, problematizando o espaço. Para tanto, a acumulação de capital estará no centro de sua análise e Harvey procurará demonstrar como a teoria da acumulação se relaciona com o entendimento da estrutura espacial. Tratando-se de um sistema muito dinâmico e expansível, será necessário ao capitalismo, para sustentar o sistema, a criação de condições apropriadas para a renovação da acumulação, o que irá incidir, diretamente, no mundo em que vivemos, reformando-o. Dessa forma, a questão da organização espacial e a expansão geográfica será vista como produto necessário para o processo de acumulação: "O imperativo da acumulação implica consequentemente no imperativo da superação das barreiras espaciais" (HARVEY, 2005, p. 50).

Harvey nos mostra que, para se intensificar o processo de acumulação, deve-se diminuir o tempo de circulação do capital, pois o aumento da velocidade de circulação do capital contribui para o processo de acumulação. Nessas condições, até a distância espacial se contrai em relação ao tempo: o importante não é a distância do mercado no espaço, mas a velocidade pela qual o mesmo pode ser alcançado:

Enquanto o capital deve, por um lado, esforçar-se em derrubar todas as barreiras espaciais para realizar o intercâmbio (isto é, a troca), e conquistar todo o mundo como seu mercado, esse capital esforça-se, por outro lado, em

anular esse espaço pelo tempo [...] Quanto mais desenvolvido o capital [...] mais esse capital esforça-se, simultaneamente, em relação a uma ainda maior ampliação do mercado e a uma maior anulação do espaço pelo tempo (MARX *apud* HARVEY, 2005, p. 51).

Essa necessidade de anular o espaço pelo tempo pode, ainda, ser compensada pelo surgimento de um sistema de crédito, o qual irá permitir a expansão geográfica do mercado, protegendo a continuidade da circulação. Portanto, o processo de acumulação supera qualquer barreira espacial e, mais do que isso, o espaço é reduzido numa escala de tempo para que a acumulação seja intensificada.

A partir disso, para favorecer o processo de acumulação, como vimos, o custo de circulação deve ser diminuído, para tanto, vemos o espaço ser modificado com a aglomeração da produção em alguns grandes centros urbanos, se tornando “as oficinas da produção capitalista”. Esses centros urbanos operam na anulação do espaço pelo tempo de modo estratégico, a sua localização contribui na redução dos custos de movimentação dos produtos, logo, cria-se a concepção de centros e periferias, mediante aos interesses do capital. A expansão geográfica e a concentração geográfica são ambas consideradas produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação de capital. A produção do espaço no sistema capitalista ainda irá alcançar esferas mais amplas quando cria, por exemplo, um sistema geográfico integrado de produção e troca, que atende ao propósito da acumulação capitalista. Nesse processo, certos países estabelecerão um monopólio sobre a produção de determinadas mercadorias, enquanto as relações centro-periferia se produzirão numa escala global. O imperialismo também se manifesta na produção do espaço, tendo em vista a formação de associações monopolistas internacionais e a divisão territorial de todo o mundo entre as grandes potências capitalistas.

Em, suma, o capital consiste num processo de circulação entre produção e realização, o qual demanda a criação obrigatória da paisagem geográfica visando facilitar a acumulação, incidindo diretamente na expansão geográfica, na reforma constante do processo de trabalho, nos relacionamentos sociais, nas dimensões espaciais em que ele atua e na conformação de espacialidades regidas pela configuração centro-periferia – cerne das discussões geopolíticas e decoloniais.

Edmundo O’Gorman

Com *A invenção da América*, Edmundo O’Gorman complexifica a relação histórico-espacial, de modo que, o autor parte de uma perspectiva teórica, seguindo as linhas do

filósofo alemão Martin Heidegger, na qual “somente o que idealiza é o que se vê; mas o que se idealiza é o que se inventa”². A partir dessa perspectiva, O’Gorman irá desenvolver o que ele trata como a *invenção* sob um viés pós-estruturalista, no qual o ser é aquilo que se diz, não aquilo que se é, de modo que, por mais que existisse aquela porção de terra, geograficamente situada e habitada, onde Colombo e sua tripulação desembarcaram, a América não existia. O ser não existe em si, não há uma definição a priori, o ser só passa a existir e, portanto, é inventado, quando se é conceituado como tal, quando se é dotado de significado. O’Gorman deixa clara essa ideia ao mostrar que “real, verdadeira e literalmente a América, como tal, não existe, apesar da existência da massa de terras não submersas que, no decorrer do tempo, acabará por lhe atribuir esse sentido, esse significado” (O’GORMAN, 1992, p. 99). Portanto, o historiador, em sua práxis e inquirição ao seu objeto, opõe-se ao campo metafísico: se para a metafísica o ser é; para o historiador o ser é histórico.

O espaço inventado, suscitado por O’Gorman, rechaça qualquer definição a priori do espaço e, mais do que isso, coloca a nossa capacidade intelectual como o ponto central para estarmos aptos a reconhecer limites que vão além de axiomas construídos historicamente e que balizam a relação da sociedade com o mundo. Isso fica evidente na relação de Colombo com o que viria se tornar América, quando o navegador espanhol, apegado à sua fé inabalável, procura elementos que justifiquem a sua hipótese de que havia chegado ao Extremo Oriente, atribuindo novos significados a esses elementos e, por conseguinte, criando uma nova realidade na situação posta. “Estamos, portanto, diante de uma hipótese, mas uma hipótese a priori, isto é, fundada não numa prova empírica, mas numa ideia previa ou a priori” (O’GORMAN, 1992, p. 106), logo, o seu interesse em justificar sua hipótese se sobrepõe à possibilidade do seu equívoco, conferindo-lhe sentido e argumentos para permanecer na sua ideia inicial, a sua mente, portanto, não cria suas leis com base na natureza, mas as impõe a si mesma.

Para além das percepções que contradizem as definições a priori do ser - “as coisas não são nada em si mesmas, senão que seu ser (não sua existência) depende do sentido que lhes conferimos” (O’GORMAN, 1992, p. 108) –, A Invenção da América também problematiza o campo da conceituação da realidade para que a realidade venha a ser percebida e, conseqüentemente, existir, ou seja, inventada. No caso da obra, o fato de Colombo ter chegado à essa nova porção de terras e que, depois, com as contribuições de

2 Epígrafe que abre a Terceira Parte da obra e que sintetiza as ideias do autor no que irá conformar as suas postulações teóricas sobre a invenção do espaço, no caso, da América.

Américo Vespúcio, se tenha concluído que, de fato, tratava-se de um novo continente, a América propriamente só terá sentido e tomará forma a partir do momento em que ela seja conceituada tal qual América:

Verificamos que não só se reconhece a independência das novas terras em relação ao orbis terrarum, sendo, portanto, concebidas como uma entidade diferente e separada dele, mas também que - e isto é decisivo e novo - se atribui a referida entidade um ser específico e um nome próprio que a individualize. Mal ou bem, mas antes bem do que mal, esse nome foi o de América que, desse modo, por fim, fez-se visível (O’GORMAN, 1992, p. 178).

O espaço, portanto, não é definido por simples relação de ocupação do mesmo pelos homens, mas sim é definido por sua conceituação e significado dado a partir da construção do mesmo, atendendo a objetivos e intenções referente a determinada conjuntura histórica.

O espaço inventado é assim definido não por ser mero delírio ou algo irreal, mas sim por trazer a percepção de que vivemos em um mundo inventado. Ao longo da história dogmas e convenções moldaram a realidade em que vivemos e, conforme paradigmas foram sendo desmitificados, novos mundos foram sendo inventados e passaram a compor nosso mundo. A Invenção da América provoca essa quebra de paradigma e de cosmovisão do mundo ocidental cristão e traz novas perspectivas espaciais a serem exploradas pelo conhecimento histórico. Como desfecho para essa reflexão, podemos recorrer novamente às palavras de Edmundo O’Gorman, quando o autor nos mostra o aparecimento da América “não certamente como o resultado da súbita revelação de um descobrimento que tivesse exibido, de um golpe, um suposto ser misteriosamente abrigado, desde sempre e para sempre, nas terras que Colombo achou”, e sim como “o resultado de um complexo processo ideológico que acabou, através de uma série de tentativas e hipóteses, por atribuir-lhes um sentido peculiar e próprio: o sentido do ser da “quarta parte” do mundo” (O’GORMAN, 1992, pp. 178-179).

Durval Muniz

Dando continuidade à historiografia das *invenções*, Durval Muniz nos apresenta *A Invenção do Nordeste*, obra na qual o autor explora a percepção espacial sob uma perspectiva do imaginário. Em seu trabalho, a concepção do *espaço inventado* é tida como imaginário social: através da construção de narrativas, sob os mais diversos suportes, enviesadas por interesses políticos, que moldam a nossa realidade, constitui-se a imagem e, conseqüentemente, conceituação de Nordeste que perdura até hoje. O espaço é suscitado pela

construção do imaginário; o espaço é representação de interesses e se faz realidade por meio da formulação de sua narrativa, tal qual atende esses interesses. A espacialidade, dessa forma, habita o campo da linguagem e se relaciona, diretamente, com um campo de forças que a institui, reverberando na construção de um imaginário espacial que incide, de mesma forma, na idealização de identidade.

Em síntese, Durval nos mostra que, suas intenções com *A Invenção do Nordeste* é suscitar provocações de modo que

O que este livro interroga não é apenas por que o Nordeste e o nordestino são discriminados, marginalizados e estereotipados pela produção cultural do país e pelos habitantes de outras áreas, mas ele investiga por que há quase noventa anos dizemos que somos discriminados com tanta seriedade e indignação. Por que dizemos com exaltação e rancor que somos esquecidos, que somos menosprezados e vítimas da história do país? Que mecanismos de poder e saber nos incitam a colocarmo-nos sempre no lugar de vítimas, de colonizados, de miseráveis física e espiritualmente? Como, por meio de nossas práticas discursivas, reproduzimos um dispositivo de poder [...] E, principalmente, o que leva uma classe dominante a se deleitar em afirmar sua impotência e se assumir como subordinada e dependente? (ALBUQUERQUE JR, 2011, pp. 30-31)

Desta forma, o espaço é desnaturalizado e interpretada como construção humana, como espaço conceituado, como *inventado*. O Nordeste é visto como fruto de um processo histórico, no qual há o encontro de relações de poder, mediadas pela linguagem, visando a fomentação imagética de um espaço que exprime tal dinâmica.

A complexidade do espaço *inventado*, tal como é trabalho por Durval, atinge grandes escalas pois, na fomentação de tal construção identitária no imaginário social, as mais diversas plataformas linguísticas são requisitadas. É assim, por exemplo, que em sua obra as fontes históricas interrogadas estão nos mais diversos âmbitos, tais como: literatura, cinema, música, pintura, teatro, produção acadêmica, imprensa de larga escala etc. Como afirma o autor: “estas linguagens não apenas representam o real, mas instituem reais. Os discursos não se enunciam, a partir de um espaço objetivamente determinado do exterior, são eles próprios que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõem para se legitimarem” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 34). Em suma, diferentemente de Edmundo O’Gorman, que trabalha a discussão espacial da *invenção* sob o ponto de vista mais de uma perspectiva filosófica existencialista, Durval Muniz nos mostra como a *invenção* dos espaços se dá através de relações de poder que enviesam discursos a constituir realidades. O espaço,

portanto, é histórico e, por ser histórico, é produção humana vinculada, também, ao seu tempo.

Benedict Anderson

Compatível às ideias sobre a *região* como um espaço inventado consolidado no imaginário social, Benedict Anderson amplia tal discussão para o âmbito não apenas da *região*, mas também da *nação*. Retomando a concepção do espaço como conceito, o imaginário exerce um papel que permite irmos para além da empiria, dessa forma, as identidades nacionais e regionais passam a ser relacionais aos fatores vinculados à criação (invenção) daquela noção vigente. Atrelado a isso, podemos acrescentar à discussão da formação dessas noções de espacialidades, o papel institucional desenvolvido com, por exemplo, os ensinamentos de História e Geografia, a imprensa e outros mecanismos.

Em sua obra, Anderson sintetiza a ideia de *Comunidades imaginadas* ao defender a perspectiva de que

tanto a nacionalidade – ou, como talvez se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional [nation-ness] – quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos. Para bem entendê-los, temos de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda (ANDERSON, 2008, p. 30).

Dito isso, retoma-se a ideia do *espaço* como objeto essencialmente histórico e não natural. A *nação*, que tanto influencia nas relações geopolíticas, nas relações interpessoais, nos sentimentos e gestos de seus pertencentes, consiste numa comunidade política idealizada. Recorrendo, uma vez mais, às palavras do autor: “ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p. 32).

Portanto, como resultado de um processo histórico, afirmado de maneira mais enfática a partir do Iluminismo e os movimentos de contestação da legitimidade dos reinos dinásticos, hierárquicos e, até mesmo, divinos, o Estado soberano, nacional, ganha corpo e imagem nas relações humanas. Corroborando a proposição da construção desse *espaço* como essencialmente histórico, Benedict Anderson irá nos mostrar que

Essa inédita novidade sincrônica só podia surgir historicamente quando houvesse grupos consideráveis de pessoas em condições de se conceberem vivendo vidas paralelas às de outros grupos consideráveis de gente. Entre 1500 e 1800, um acúmulo de inovações tecnológicas tornou possível a criação destas imagens [...] A pessoa podia ter plena consciência de compartilhar língua e credo religioso (em graus variáveis), costumes e tradições sem grandes expectativas de algum dia conhecer seus companheiros (ANDERSON, 2008, p. 257).

Em suma, as nações demandam de narrativas de identidades. Para tanto, o recuo ao passado, à História, é ferramenta fundamental para o objetivo de consolidação no imaginário popular como uma expressão de personalidade. O *espaço*, reafirmamos, parte de formulações conceituais, enviesadas politicamente, vinculadas à História, o *espaço*, independentemente do pressuposto teórico que o sustenta, uma vez mais, portanto, é posto como formulação *humana*.

Edward Said

“O oriente como invenção do ocidente”, é assim que Said anuncia o conceito central de sua obra: *invenção*. Bem como pudemos analisar nas obras aqui discutidas que desenvolvem suas teses a partir de concepções espaciais embasadas no conceito de *invenção*, Edward Said também explorará esse viés para propor importantes provocações e contribuições à historiografia. Assim como Durval Muniz, Said compreende o Oriente como uma construção discursiva que atende interesses políticos, no caso, interesses ocidentais. O autor nos mostra que o discurso ocidental – inicialmente europeu, pós-Iluminismo – suscita a imagem do Oriente definindo-o nos campos político, sociológico, ideológico, científico e imaginativo.

A percepção do oriente como invenção do ocidente, defende Said, ao mesmo tempo em que cria um estereótipo do oriental, impulsiona a cultura europeia na comparação com esse outro, portanto, a mediação do espaço é feita atendendo a interesses políticos, nos lembrando, em determinado ponto, a metodologia e interpretação aplicada por Durval para compreender o sentido da Invenção do Nordeste. O *espaço inventado*, portanto, uma vez mais se mostra como um espaço, essencialmente, histórico

o Oriente não é um fato inerte da natureza. Não está meramente lá, assim como o próprio Ocidente não está apenas lá. Devemos levar a sério a notável observação de Vico segundo a qual os homens fazem sua própria história, e que só podem conhecer o que fizeram [...] Portanto, assim como o próprio Ocidente, o Oriente é uma ideia que tem uma história e uma tradição de

pensamento, imagística e vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, desse modo, apoiam e, em certa medida, refletem uma à outra (SAID, 1990, p. 16-17).

Dessa forma, Said suscita outro ponto de suma importância para a questão histórica: a noção de que os discursos, ideias, imaginários e culturas não podem ser “inocentadas” na História, não podem ser estudadas sem que se leve em conta o campo de forças que circunda toda essa gama de mecanismos, como o mesmo afirma: “A relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia” (SAID, 1990, p. 17).

O *Orientalismo* assume uma condição, portanto, de conceito, cultura e imaginário, porém, não no Oriente, mas no Ocidente, que é a quem interessa a produção do Oriente nesses moldes. Utilizando-se das mais variadas plataformas, incluindo a *academia*, e acentuando-se no mundo eletrônico pós-moderno, a obra de Said contribui de forma crucial no tocante à exploração dos espaços da *geografia imaginativa* para novas abordagens e redescobrimientos da História.

Michel Foucault

Na vasta gama de possibilidades em que o *espaço* se manifesta, também encontramos na literatura científica produções que suscitam um espaço que atua como refúgio, como um alento ao ser, como uma utopia concreta no mundo real, ou, como definiu Michel Foucault, uma *heterotopia*:

acredito que há - e em toda sociedade - utopias que têm um lugar preciso e real, um lugar que podemos situar no mapa; utopias que têm um tempo determinado, um tempo que podemos fixar e medir conforme o calendário de todos os dias. É bem provável que cada grupo humano, qualquer que seja, demarque, no espaço que ocupa, onde realmente vive, onde trabalha, lugares utópicos, e, no tempo em que se agita, momentos ucrônicos (FOUCAULT, 2013, p. 19).

Dessa forma, percebemos que a relação dos homens com o espaço (e vice-versa) podem vir a provocar fugas da realidade: viagens no tempo, ao se passar uma tarde em um museu, ou percorrer as fileiras de uma biblioteca; aprimoramento da sensação de liberdade, ao estar num vasto jardim; ou, por outro lado, a sensação de viver em um mundo paralelo, ao estar involucrado nos limites de uma prisão.

Ao propor o conceito de heterotopia, portanto, Foucault levanta a discussão acerca não propriamente dos espaços, mas sim dos *contraespaços*. Nas palavras do filósofo: “lugares que

se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los.” (FOUCAULT, 2013, p. 20). As heterotopias, ou os *contraespaços*, grosso modo, são capazes de flexibilizar, de tornar maleável a relação espaço-tempo, tal qual a concebemos. Em muitas sociedades tradicionais, a relação espaço-tempo não é contínua e linear, mas confusa e contraditória. A percepção dos *contraespaços* e as provocações propostas por Foucault nos debates das heterotopias presentes em nossa realidade trazem importantes referências conceituais para ampliarmos a discussão teórica acerca do *espaço* e da História. Ilustrando tal proposição, Foucault nos faz uma sugestão:

E se considerarmos que o barco, o grande barco do século XIX, é um pedaço de espaço flutuante, lugar sem lugar, com vida própria, fechado em si, livre em certo sentido, mas fatalmente ligado ao infinito do mar e que, de porto em porto, de zona em zona, de costa a costa, vai até as colônias procurar o que de mais precioso elas escondem naqueles jardins orientais que evocávamos há pouco, compreenderemos por que o barco foi, para nossa civilização - pelo menos desde o século XVI - ao mesmo tempo, o maior instrumento econômico e nossa maior reserva de imaginação. O navio é a heterotopia por excelência (FOUCAULT, 2013, pp. 29-30).

Em consonância à contraespacialidade dos espaços, as heterotopias, como dito, são *lugares de fuga* do ser, todavia, é de suma importância atentarmos para a relação do ser para com o espaço. O espaço utópico vivenciado por meio da heterotopia só existe quando o ser o vivencia. A heterotopia não é uma categoria natural, aqui, uma vez mais, vemos que o espaço é histórico e, sendo assim, é humano.

Yi-Fu Tuan

Assim como Foucault indicou que a identidade das heterotopias se manifesta a partir da relação do sujeito para com tal espacialidade, veremos que outros autores também partem desse pressuposto. O espaço, uma vez mais, será desconstruído de sua forma *a priori*, de uma suposta existência natural, para ser interpretado a partir de como os sujeitos históricos se relacionam com ele.

O geógrafo Yi-Fu Tuan, seguindo uma perspectiva teórica da “nova geografia”, ou “geografia humanista” – geografia esta que se caracteriza por ser uma geografia crítica, colocando o homem no centro das ações –, trabalha uma discussão conceitual acerca da dicotomia *Espaço* e *Lugar*, de modo que, a nossa relação com o espaço é mediada pelo corpo, sendo este, portanto, um centro referencial para o mundo. Desta forma, na dicotomia *Espaço* e *Lugar*, o *Espaço* assume um caráter amorfo, enquanto que o *Lugar* compreende a noção de

experiência, de sentimentos, logo, constituindo-se em espaço vivido. Dito isso, a concepção do espaço em Tuan significa, essencialmente, *experiência*. O lugar é experiencial e o espaço se transforma em lugar porque temos uma experimentação dele. Utilizando as palavras do autor

Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Essas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização (TUAN, 2013, p. 17).

Também se faz necessário ressaltar a relevância da memória nessa relação espacial. Como Tuan defende, o espaço se transforma em lugar porque temos uma experimentação dele, todavia, é preciso que tenhamos memória para que essa experiência permaneça, para que a experiência dure. Portanto, a experiência exige registro de duração e, seguindo as linhas de Bergson, algo chega até nós através dos sentidos, porém, se não a registramos e não memorizamos, ela não dura, logo, não se converte em experiência, ou seja, o *lugar* requer a *História*.

Dentro dessa conceituação do lugar experiencial, temos, então, o corpo como o ponto inicial da experiência humana e, através dos mais variados sentidos, somos capazes de dar significado a determinada espacialidade transformando-a em nosso *lugar*, ou seja, espaço no qual foram imprimidas relações de intimidade com o sujeito que o vivencia. Em suma, o espaço em Tuan é compreendido através da relação que envolve o sujeito (corpo), substrato material (espaço) e as relações projetadas neste substrato conferindo-lhe o caráter de *lugar*³. O lugar não existe sem a experiência.

Simon Schama

Por fim, construindo nosso arcabouço teórico acerca de uma relação epistemológico entre a História e os Espaços, é de suma importância incluirmos os espaços paisagísticos em nossa proposta. A paisagem, em síntese, consiste no que nós podemos enxergar, todavia, a precisão ao se observar uma paisagem não é a mesma para todos os sujeitos e sociedades. A paisagem carrega consigo uma condição relacional com a memória,

³ Seguindo os pressupostos teóricos no qual o conceito de espaço consiste na atuação do sujeito sobre o mesmo, Michel de Certeau irá nos apresentar com a sua *Invenção do Cotidiano* que, assim como Tuan defende na sua geografia humanista, o indivíduo participa, ativamente, como agente na construção do espaço, todavia, diferentemente de Tuan, o espaço praticado, vivenciado e dotado de valor, para Certeau será Espaço e não Lugar, como prefere Tuan. Há, portanto, uma inversão nas definições entre Espaço e Lugar para esses dois autores.

logo, com a história. Simon Schama, ao escrever Paisagem e memória, aborda, a partir de suas próprias experiências e lembranças, inicialmente, os espaços das paisagens. Para o autor, a paisagem está, diretamente, associada ao pensamento, às memórias, à construção humana sobre a mesma, bem como, é um produto da cultura, dos mitos, das tradições e suas constantes ressignificações e ressimbolizações. A paisagem, portanto, é conceitual, pois, quando olhamos para o mundo, o olhamos através de um prisma conceitual. O nosso olhar é sempre atravessado por conceitos, são representações do modo como concebemos o mundo. “Afim, a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia” (SCHAMA, 1996, p. 17).

Ao afirmar que “a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia”, o autor deixa claro o papel fundamental do homem na concepção da paisagem. Contudo, para sermos capazes de ler paisagens, temos que ter referências, logo, a memória – segundo conceito chave de sua obra – exerce função vital na compreensão e apreensão da paisagem. A memória não está na coisa, está no sujeito, a paisagem, portanto, é um objeto de leitura e, para se ler, é preciso conhecer os códigos, por conseguinte, é preciso estar munido de memória.

O termo *paisagem* e o sentido que é dado a ele pode se modificar de acordo com as percepções culturais dos mais variados espaços, podendo ser desde um ambiente idílico, até mesmo a história autossuficiente de um local.

Ao se olhar uma paisagem está associado nesse olhar uma gama de sentimentos, de camadas e de lembranças que acabam por dar significações, conforme as paisagens vão sendo recontadas, ressignificadas, os sentidos primeiros vão se perdendo, de modo que, a construção de paisagens também segue interesses políticos, também está inserida numa relação de poder. Portanto, para Schama, tanto os mitos quanto as paisagens que acabam se formando, são capazes de moldar instituições, como é o caso mais evidente da criação de identidades nacionais, das topografias de nações, dos mapas e de toda uma tradição paisagística. O espaço em Schama, portanto, é um espaço apropriado por quem o pratica. A paisagem é espaço e memória; a paisagem é política e histórica.

3. PARA SEGUIRMOS REFLETINDO

O que fizemos até aqui foi elaborar uma ampla discussão bibliográfica/historiográfica sobre diferentes formas pelas quais importantes escritores, das mais diversas áreas das ciências humanas e sob os mais diversos pressupostos teórico-metodológico, exploraram a relação entre *história* e *espaços*. Evidentemente, não temos como anseio encerrar estas

reflexões por aqui e propormos uma espécie de manual sobre História e Espaço, mas sim, suscitarmos o debate e provocar novas interpretações acerca da ciência histórica.

Como em um mosaico, o qual é composto por pequenos fragmentos até formar um todo e ter sentido, assim é a História: o historiador tem a incumbência de identificar estes fragmentos a serem interpretados e conformarem o mosaico da história humana. Portanto, resumir a compreensão da história à sua relação com o tempo a torna pueril, a história é não apenas tempo, mas também mentalidades, sentimentos, discursos, imagens, trabalho, e, sempre, *espaço*. História é fragmentação. Estudar a História e compreendê-la é interpretá-la dessa maneira e não mais como era vista outrora a partir de concepções cristalizadoras e que a naturalizavam. Devemos, pois, interpretar a História a partir de um caráter relacional com os diversos fragmentos que a compõem, incluindo o Espaço, que, de mesma maneira, também deve ser interpretado de forma relacional aos diversos outros elementos que o circundam.

Se a História tem como propósito retratar a ação humana na Terra, não é de se espantar que ela seja complexa. A vida humana é complexa e, quanto mais avançamos em sua compreensão, mais descobrimos que tal complexidade só é limitada por nós mesmos, por não sermos capazes de irmos além, até este ponto. De mesma forma, o espaço apriorístico se deu quando éramos limitados a ultrapassá-lo, porém, agora ultrapassado, cabe a nós desenvolvermos, ainda mais, a capacidade de enxergar lacunas a serem preenchidas. Em suma, As reflexões teóricas aqui suscitadas têm como grande objetivo provocar e, quem sabe a partir da provocação, surja o ímpeto para descobrirmos novas facetas da complexa ciência histórica.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história: Bauru, SP: Edusc, 2007

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 1. As artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço e história. In: **Estratos do tempo**: estudos sobre a história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

LEFBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

O’GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: Unesp, 1992.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

Recebido em 26 de outubro 2019

Aprovado em 08 de fevereiro de 2020